

CANTOS DE RESISTÊNCIA: O RACISMO AMBIENTAL NAS LETRAS DO MESTRE DE BUBUIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA INDÍGENA GIBIRIÉ DE SÃO LOURENÇO (BARCARENA – PA)

Afonso Rodrigues da Silva¹

Alan Nunes Araujo²

RESUMO

O artigo analisa as letras do Mestre De Bubuia, liderança cultural da Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço, em Barcarena – PA, como expressões de denúncia e resistência ao racismo ambiental. As composições combinam território, identidade e memória coletiva, evidenciando a produção do espaço no capitalismo. De um lado, denunciam o espaço concebido pelo capital e pelo Estado, materializado na produção industrial minerária, na expansão urbana e na degradação ambiental; de outro, afirmam o espaço vivido da comunidade, marcado por práticas cotidianas de solidariedade, saberes tradicionais e vínculos simbólicos com a natureza, próprios de uma cosmovisão de influência indígena amazônica. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo de cinco canções: *Carimbó da Revolta*, *Cupuaçu fruta boa do Pará*, *Ariramba*, *Bem-te-vi que canta no arame* e *Menino Ribeirinho*. Da análise emergiram categorias como denúncia socioambiental, resistência cultural, defesa do território e valorização do modo de vida ribeirinho. Conclui-se que as músicas constituem registros políticos da luta comunitária, nos quais a arte atua como instrumento identitário e de resistência.

Palavras-chave: Racismo ambiental; ACOQUIGSAL; Resistência, Território; Música popular.

1. INTRODUÇÃO

Barcarena, município pertencente à Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, tornou-se, desde o início da década de 1980, palco de intensos conflitos socioambientais em decorrência da instalação do projeto Albras/Alunorte para a produção de alumina e alumínio. Esses empreendimentos alteraram significativamente a relação das comunidades tradicionais locais com seus territórios. Nesse contexto, a Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço (ACOQUIGSAL) enfrenta os impactos do racismo ambiental, evidenciados na expropriação territorial de seu território e avanço do espaço urbano sobre o seu espaço tradicional da comunidade, além da

¹ Mestre em Geografia - afogeo@gmail.com

² Doutor em Geografia - alanaraujo@ufpa.br

contaminação da água e do solo por rejeitos de lama vermelha e no não reconhecimento de seus modos de vida tradicionais.

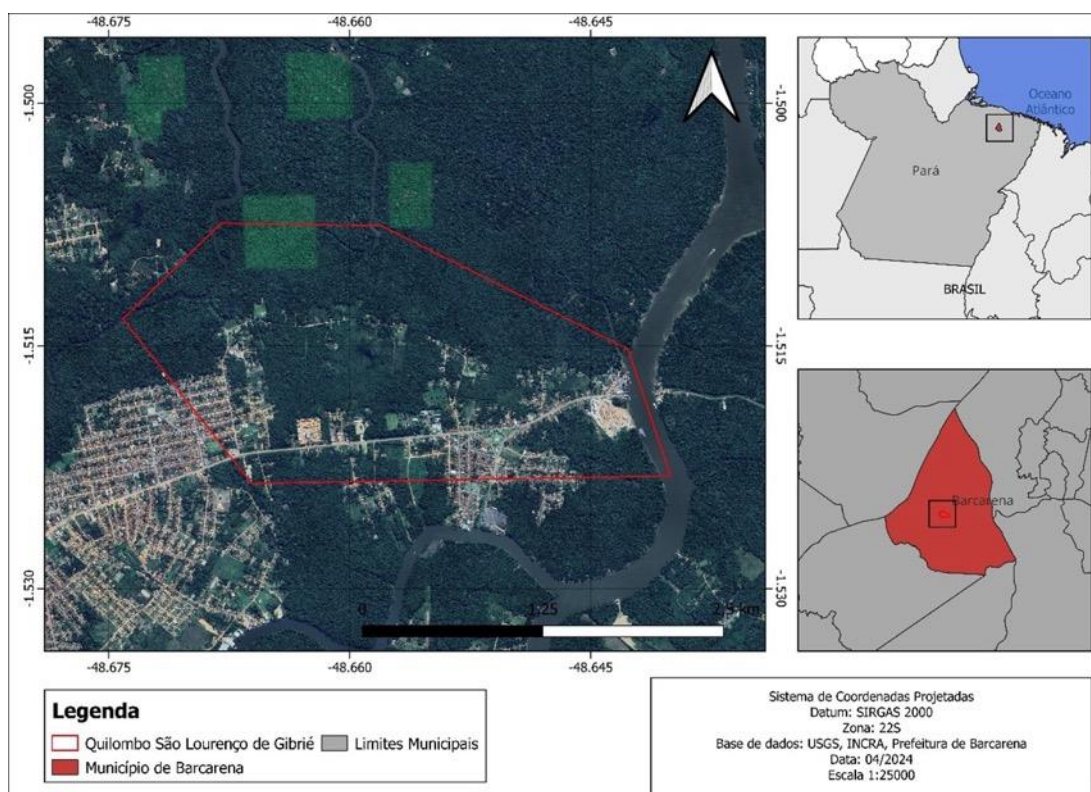


Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo. Organizado pelo autor (2024).

Entre os ambientes mais atingidos pelos rejeitos industriais está o rio Murucupi, cuja nascente abriga as bacias de lama vermelha dos projetos Albras/Hydro-Alunorte (DRS 1 e DRS 2). A instalação desses depósitos ocasionou graves danos socioambientais às comunidades que vivem em seu entorno. Antes da chegada desses empreendimentos, a vida local estava fortemente vinculada aos rios, que serviam como vias de transporte, fontes de alimentos e água potável, espaços de banho, lazer e trabalho, além de possibilitarem o comércio de produtos da roça, da pesca e do extrativismo, tanto em Belém quanto por meio do regatão (Hazeu; Costa, 2022).



Figura 2 – Bacia de rejeitos de lama vermelha da Hydro/Alunorte. Fonte: Boletim WRM 246 (2019).

Com a implantação dos grandes projetos industriais, portuários e logísticos, além da produção do espaço urbano de Vila dos Cabanos, seu entorno, e o bairro do Laranjal (bairro este, que impactou diretamente a comunidade Gibirié de São Lourenço), a partir da década de 1980, esses modos de vida foram profundamente impactados. Os efeitos incluem a devastação da floresta, via expansão urbana, a poluição e o derramamento de lama vermelha contendo substâncias químicas provenientes da industrialização. As famílias ribeirinhas e demais comunidades tradicionais, diretamente dependentes do meio ambiente, foram as mais prejudicadas, sofrendo com a contaminação dos rios e dos solos, a descaracterização da vegetação, a poluição atmosférica e outras formas de degradação (Barcarena Livre, 2016).

Durante a instalação do projeto Albras/Alunorte, muitas comunidades tradicionais foram expropriadas de seus territórios e obrigadas a se deslocar para outras localidades, como Barcarena sede, Colônia CDI e periferias de Belém. No entanto, a Comunidade Quilombola Indígena Gibirié de São Lourenço foi a única que resistiu à pressão do Estado e das empresas, recusando-se a abandonar seu território.

Entre as estratégias de resistência mobilizadas pela comunidade, destaca-se a produção musical do Mestre De Bubuia, liderança cultural que, por meio do carimbó – ritmo tradicional do Pará – e de composições autorais, denuncia os ataques ambientais sofridos e reafirma a identidade coletiva quilombola-indígena de seu povo. Assim, sua

música não apenas contribui para a resistência, mas também fortalece a memória e a unidade da comunidade.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar como as letras das músicas do Mestre De Bubuia expressam e fortalecem o processo de resistência da Comunidade Quilombola Indígena Gibirié de São Lourenço frente ao racismo ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A música popular brasileira não se restringiu ao entretenimento ou às múltiplas formas de lazer, mas também se constituiu como expressão de protesto e resistência em diferentes contextos históricos. Um exemplo emblemático é a trajetória do cantor e compositos Sérgio Ricardo, que, entre 1958 e 1959, compôs a canção “Zelão” após presenciar o desmoronamento de uma favela no Rio de Janeiro. Segundo relato publicado na revista *Opera Mundi*, fortes tempestades atingiram a cidade, resultando em mortes e no desalojamento de centenas de pessoas. Da janela de seu apartamento, no bairro Humaitá, o artista testemunhou o deslizamento de uma encosta que arrastou barracos e ceifou vidas, experiência que o marcou profundamente. Décadas mais tarde, Ricardo recordaria aquele episódio como um divisor de águas em sua percepção sobre a desigualdade social brasileira, levando-o a romper com a estética da Bossa Nova e a compor uma das canções de protesto mais contundentes do período.

De forma semelhante, as músicas do Mestre De Bubuia, produzidas no contexto amazônico, emergem de vivências de injustiça e vulnerabilidade socioambiental, sobretudo das situações geradas pelo racismo ambiental que atinge comunidades quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais da região. Suas letras convertem episódios de poluição dos rios, destruição das florestas e violação dos modos de vida em ferramentas de resistência e afirmação territorial. Assim como Sérgio Ricardo transformou “Zelão” em símbolo de denúncia das desigualdades urbanas, Mestre De Bubuia reelabora, a partir da oralidade e da musicalidade popular, os sofrimentos coletivos de seu território, convertendo-os em memória, identidade e luta política.

No processo de territorialização dos Grandes Projetos na Amazônia, o lugar definido por Santos (1997, p. 36) “como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário”, entendendo-se a solidariedade enquanto capacidade de

convivência, baseados na cooperação e na colaboração de uns para com os outros, o que está no cerne da construção de uma memória coletiva de pertencimento e que é muito comum ser observado em comunidades tradicionais locais, a exemplo de indígenas e quilombolas, o que não combina com o espaço concebido (Lefebvre, 2006) pelos tecnocratas do Estado, baseados, em sua maioria na produção de um espaço enquanto mercadoria, portanto, dotado de valor de troca. Para Lefebvre (2006, p. 13), “o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza.” Ou seja, cada modo de produção produz o seu espaço. Portanto, o capitalismo produz o seu espaço, e tem como princípio basilar, a busca do lucro.

Nesse sentido, o processo de avanço do modo de produção capitalista tem como uma de suas características primordiais, a produção do espaço urbano. Em Barcarena, a produção de um novo modelo de espaço urbano, baseado na Company Town, deu-se sobre espaços pré-existent, que tinham como fundamento, o valor de uso, as trocas comunitárias, a coleta, a caça e a pesca, feita nos modos tradicionais de subsistência, portanto, é possível definir o espaço como condição, meio e produto das relações sociais. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2020):

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (Corrêa, 2020, p. 43).

Roberto Lobato Corrêa traz uma importante contribuição para a análise da organização espacial trazido pelo projeto industrial Albras/Alunorte em Barcarena e a criação do núcleo urbano de Vila dos Cabanos e seu entorno, principalmente quando este é compreendido como resultado da sobreposição violenta de um projeto urbano-industrial sobre o espaço rural e tradicional de comunidades racializadas, como é o caso da Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço.

Ao afirmar que a produção do espaço não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado abstrato ou desligado das relações sociais, Corrêa (2020) direciona a análise para as práticas concretas dos agentes históricos. No Caso da implantação do projeto Albras/Alunorte, de sua bacia de lama vermelha e a criação da

Vila dos Cabanos e do bairro do Laranjal, isso implica reconhecer que esses processos não são coisas do acaso, ou neutros em suas intencionalidades, mas o resultado de decisões políticas, econômicas e técnicas tomados por agentes específicos, como o Estado brasileiro, o grande capital industrial produtor de alumina e alumínio em Barcarena, planejadores urbanos, além das elites políticas locais e regionais.

Não somente o capitalismo se apoderou do espaço pré-existente, da Terra, mas ele tende a produzir o seu. Como? Através e pela urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reproduzível e do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais (Lefebvre, 2006, p. 442)

Quando o capitalismo surge na história ele encontra um mundo social já produzido, nesse sentido, ele precisa produzir um espaço a sua maneira, para isso ele vai precisar de estradas, de depósitos para rejeitos, de redes de transportes, de trabalhadores, do comércio, então, o capitalismo parte, segundo Lefebvre (2006) de um espaço absoluto para uma outra determinação do espaço, associado ao processo contínuo de reprodução do sistema, baseado na produção de mercadorias, que é o espaço abstrato.

Então esse movimento histórico do capitalismo que segundo Lefebvre (2006), vai do espaço absoluto para o espaço abstrato, é um movimento de destruição das referências que foram produzidas ao longo do processo histórico, nesse sentido, a vida social vai se deparar com a destruição de memórias, de referências, de identidades, que é como se dá o processo de produção do espaço sobre o capitalismo.

Ao tratar do tema sobre a produção do espaço, Lefebvre nos ajuda a pensá-lo a partir da tríade concebido, percebido e vivido. Nesse sentido, o espaço concebido (representações do espaço) sendo “aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas [...]. É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção)” (Lefebvre, 2006, p. 66), que corresponde, portanto, o espaço pensado, planejado e racionalizado pelos agentes hegemônicos da sociedade. Trata-se do espaço dos planos diretores, dos zoneamentos, dos planos urbanísticos, a exemplo do Plano Urbanístico de Vila dos Cabanos.

Nos casos específicos de Vila dos Cabanos e do bairro do Laranjal, o espaço concebido materializa-se como um espaço urbano ligado ao projeto Albras/Alunorte. Nesse caso, o território passa a ser pensado como suporte técnico da industrialização,

da moradia de operários, do depósito de rejeitos e da circulação de mercadorias e força de trabalho. O território é recortado, parcelado e normatizado segundo critérios de eficiência, acessibilidade e funcionalidade, desconsiderando, portanto, as formas pré-existent de uso, ocupação e significação do espaço rural tradicional das comunidades Quilombolas Indígenas que habitavam o território.

Essa forma de organização espacial contrasta com a visão de mundo dos indígenas e seus descendentes, uma vez que “a condição para existir dos povos indígenas tem relação direta e intrínseca com a Natureza, com a Pacha Mama, a Mãe-Terra” (Silva, 2025 p. 8), onde o espaço é concebido como uma totalidade viva, constituído por relações materiais, espirituais, simbólicas e políticas indissociáveis. Nessa visão de mundo ou cosmovisão, território, corpo, natureza e cosmos não são vistos como entidades separadas, e, sim, como uma unidade ontológica. Nesse sentido, segundo Silva (2025):

O que se tem, portanto, é um choque de visões de mundo. De um lado, há o sujeito liberal-individualista, fruto do iluminismo, que, na pós-modernidade, é mais acentuadamente atomizado, enquanto, do outro lado, há um sujeito vinculado à comunidade, ao local, com uma vinculação forte com a noção de natureza, já que se observa no mundo desde sua ligação com a Mãe-Terra. O que se quer dizer, então, é que os povos originários possuem uma cosmovisão particular, uma forma de ser-no-mundo relacionada com a Natureza, algo que o liberal-individualista se desligou (Silva 2025, p. 9)

Nessa perspectiva, Lefebvre (2006) nos traz o espaço vivido enquanto “espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários” [...]. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (Lefebvre, 2006, p. 66). Nesse sentido, o espaço vivido diz respeito ao espaço da vida cotidiana daqueles que o habitam. Ao contrário do espaço concebido, ele é o espaço das práticas, das memórias, dos afetos, dos símbolos, das solidariedades e das identidades construídas num território marcado pela coletividade.

Portanto, a reorganização espacial produzida para atender as demandas do projeto Albras/Alunorte e, com ela, a produção do espaço urbano de Vila dos Cabanos, o bairro do Laranjal e a bacia de rejeitos encontram-se alinhados a um projeto estratégico de inserção da Amazônia nos circuitos globais do capital, no qual o espaço foi concebido primordialmente como suporte funcional da indústria do alumínio. Nesse processo, o

espaço de outrora, produzido e vivido pela Comunidade Gibirí de São Lourenço, caracterizado por relações de solidariedade e parentesco, além do uso comum da terra, passa a ser deslegitimado enquanto forma válida de produção do espaço, sendo reclassificado como atrasado, vazio e improdutivo.

Nesse contexto, o território da Comunidade quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço configura-se como o espaço mais segregado, especialmente quando comparado à Vila dos Cabanos, dotada de excelente infraestrutura urbana. Esta dispõe de sistema de saneamento básico, pavimentação asfáltica, rede de supermercados, sistema bancário, habitações verticalizadas e horizontais, escolas, clubes e outras áreas de lazer, sendo um espaço planejado destinado quase que exclusivamente aos trabalhadores do Projeto Albras/Alunorte. No entorno dessa vila encontram-se bairros periféricos, como Laranjal, Pioneiro, Beira-Rio, Novo Horizonte e Foguetão, entre outros, que não apresentam as mesmas condições infraestruturais da Vila dos Cabanos e são ocupados, em sua maioria, por populações de menor poder aquisitivo. Ainda que com distintos níveis de estruturação, tanto os espaços urbanos mais consolidados quanto os semiestruturados estão diretamente atrelados à implantação do Projeto Albras/Alunorte, uma vez que emergem como desdobramentos de sua instalação no município de Barcarena.

Nesse processo de produção desigual do espaço urbano, um dos territórios mais impactados foi o espaço rural, hoje transformado em espaço periurbano, da Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço. Sobre esse território expandiu-se o bairro do Laranjal, que faz parte de uma nova configuração urbana associada ao entorno do Projeto Albras/Alunorte, tornando a comunidade um dos espaços mais afetados entre as cinco comunidades quilombolas indígenas de Barcarena. Tal dinâmica sinaliza como a expansão urbana, orientada pelos interesses do grande capital, se realiza por meio da expropriação e da reconfiguração forçada de territórios tradicionalmente ocupados, aprofundando desigualdades socioespaciais historicamente construídas.

Dessa forma, a Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço reúne características centrais de um território impactado pelo racismo ambiental, entendido como uma forma de violência territorial baseada em critérios raciais e sociais. É contra essa lógica de exclusão e injustiça socioambiental que se erguem, em tom de denúncia

e resistência, as músicas do Mestre De Bubuia. Nesse sentido, o carimbó, ritmo popular do Pará, transforma-se em suas mãos, em um instrumento político de resistência e afirmação das lutas das populações racializadas, historicamente atingidas pelos impactos dos chamados projetos de (des)envolvimento, pela negligência do Estado e pela ação predatória do grande capital. Como afirmam Guerra et al. (2022), “a música, nas suas diversas vertentes e componentes, assume-se como um universo de resistência, de revolução, de reivindicação e de consciência social” (Guerra et al., 2022, p. 32). Assim, a música constitui-se como um importante meio de enfrentamento das injustiças socioambientais, a exemplo do racismo ambiental.

O racismo ambiental constitui uma manifestação particular do racismo, expressa na forma como comunidades racializadas e marginalizadas são desproporcionalmente impactadas por danos ambientais (Bullard, 2004). De modo geral, o racismo é uma construção social baseada em distinções físicas e culturais que, historicamente, têm servido para justificar hierarquias de poder e processos de exclusão. No caso do racismo ambiental, essa lógica se materializa na distribuição desigual dos riscos e benefícios do desenvolvimento, atingindo de forma mais intensa populações negras, indígenas, quilombolas e pobres.

Nesse contexto, a Geografia desempenha papel central ao analisar as dinâmicas territoriais que envolvem o racismo ambiental. O estudo do espaço amazônico e de suas complexas interações com o meio ambiente e os agentes externos torna-se fundamental para compreender tanto os processos de exclusão territorial quanto as estratégias de resistência das comunidades tradicionais. A partir dessa perspectiva, é possível evidenciar as contradições entre o avanço do capital sobre a Amazônia e a defesa dos direitos de populações cujas relações ancestrais com a terra se encontram continuamente ameaçadas.

Para compreender o racismo ambiental, é imprescindível discutir o conceito de raça e suas implicações nas relações de poder. Embora a ciência reconheça a existência de uma única espécie humana, com variações genéticas fenotípicas, a ideia de raça foi historicamente instrumentalizada para legitimar desigualdades. No Brasil, o racismo se manifesta sobretudo como “racismo de marca”, associado à aparência física; já nos Estados Unidos, ele é predominantemente “racismo de origem”, vinculado à

ancestralidade. Essas diferenças refletem as especificidades dos processos de colonização e miscigenação em cada país.

O conceito de racismo ambiental emergiu nos Estados Unidos como uma resposta da população negra aos impactos da deposição de resíduos ambientais tóxicos em seus territórios, decorrentes do processo de discriminação racial ao qual estavam sujeitos. De acordo com Bullard (2004), o racismo ambiental se refere a qualquer política, prática ou diretriz que afete ou prejudique, de maneiras distintas, tanto voluntária quanto involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades com base em raça ou cor.

Considerando a abrangência do tema, é fundamental reconhecer que práticas racistas, explícitas ou implícitas, condicionam as realidades enfrentadas por grupos vulnerabilizados em razão de fatores identitários, como raça, classe social, gênero e origem nacional (Souza, 2015).

No caso da Amazônia, o conceito de racismo ambiental revela-se essencial para compreender as diferentes lógicas de uso do território. Santos et al. (2000) identificam duas perspectivas contrastantes: para os atores hegemonzados, o território é concebido como refúgio, espaço de adaptação e de estratégias de sobrevivência; para os atores hegemônicos, “o território utilizado é um recurso, assegurando a realização de seus interesses particulares” (Santos et al., 2000, p. 12).

Assim, o racismo ambiental – entendido como “injustiças sociais e ambientais que incidem de maneira desproporcional sobre etnias vulneráveis (Pacheco, 2006, p. 10) exige análise à luz do pensamento geográfico. Esse conceito reforça a constatação de que minorias étnicas e raciais estão mais expostas a processos de opressão e discriminação em comparação com populações brancas (Bullard, 2004).

2.1 A PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO

Várias áreas do conhecimento humano trabalham com o conceito de território, no entanto, este é um conceito chave da geografia, onde desempenha um papel fundamental, porém, mesmo na geografia, o conceito é abordado a partir de várias perspectivas, talvez pela sua natureza econômica, política, social e cultural.

A partir da década de 1970 e, principalmente a partir dos anos de 1990, com o advento do neoliberalismo, as dinâmicas territoriais foram significativamente alteradas,

gerando vários impactos, principalmente para as comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, dentre outros. Portanto, no nosso estudo, utilizaremos o conceito de território com base nas contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2014), Santos (1996; 2000), Fuini (2015; 2020).

Nesse sentido, o conceito de território ganha centralidade na nossa proposta de estudo, uma vez que se faz necessário “para se entender as relações de poder entranhadas nos processos de produção e uso do espaço” (Fuini, 2020, p. 203) e as implicações do capitalismo neoliberal para as comunidades quilombolas indígenas de Barcarena, no caso específico da Gibirí de São Lourenço.

Nesse sentido, partimos da afirmação de Raffestin (1993) segundo a qual:

[...] o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse matéria prima. Preexiste a qualquer ação. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve, num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma. Qualquer projeto de espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993, p. 144).

Como se percebe, para Raffestin, não podemos confundir espaço com território, nesse sentido, território tem a ver com relações de produção, sendo que essas relações são eivadas de poder, derivando, portanto, em apropriação real, ou seja, referem-se a processos de territorialização em qualquer nível. Nesse sentido, para o autor, o território revela uma dimensão relacional, que molda as práticas espaciais.

Como dá para perceber, a construção do conceito de território em Raffestin traz para o pensamento geográfico a possibilidade de pensar que qualquer sujeito social pode produzir seu território, não ficando o território restrito à figura do Estado-nação. Dessa forma, é possível pensar a construção de território a partir da ação de agentes como indígenas e quilombolas, os Grandes Projetos econômicos na Amazônia, dentre outros.

Para Haesbaert (2014) o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes. O autor prossegue:

Devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a igreja etc. Os objetivos de controle social

através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (incluindo, por exemplo, as diferenças de gênero e etária ou gerencial). De algum modo, controla-se uma “área geográfica”, ou seja, cria-se o “território”. Visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (Haesbaert, 2014, p. 59).

Haesbaert traz a ideia de territorialização, enfatizando como diferentes atores sociais constroem significados e disputam espaços. Essa abordagem vai além da simples demarcação física do território, considerando a apropriação simbólica e os conflitos territoriais.

Milton Santos na sua obra “A natureza do Espaço, de 1996, considera o território como “a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos” (Santos, 1996, p. 171), nesse caso, o conjunto de possibilidades que o mundo oferece ao capital vai encontrar suas possibilidades de realização nos lugares (Fuini, 2015).

Na obra “Por uma outra globalização”, de 2000, Milton Santos apresenta a globalização como fábula e como perversidade, pois ao mesmo tempo em que parte de um discurso de integração e fim das fronteiras, o que se propõe é apenas o imperativo do dinheiro e da acumulação de forma extremamente seletiva espacialmente, naquilo que se chama competitividade entre lugares, excluindo os fracos e pobres cuja resistência também se opera no lugar. Nesse caso, fica claro a ideia de que o processo de globalização marginaliza determinados lugares ao mesmo tempo em que promove a concentração de poder em centros econômicos hegemônicos.

A abordagem que trazemos aqui sobre território, é no sentido de entender as implicações socioambientais e o racismo ambiental na Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço, expressas nas letras do Mestre De Bubuia. Partimos da concepção de que a luta dessas comunidades pela sua territorialização só pode ser entendida como expressão contraditória de modo de produção capitalista na Amazônia, particularmente no município de Barcarena – Pará, onde, nos anos de 1980, a instalação do projeto Albras/Alunorte se deu em terras habitadas historicamente por comunidades quilombolas-indígenas, que sofreram severos processos de expropriação e expulsão de seus territórios.

É nesse contexto de relações de poder absolutamente assimétricas, que coloca de um lado comunidade indígenas, quilombolas, ribeirinho, pescadores artesanais, e do outro lado, os atores hegemônicos do capital, representado principalmente pelo projeto minero-metalúrgico Albras/Alunorte em sintonia com o aparelho estatal, que analisamos as letras de resistência contra o racismo ambiental, presentes nas composições do Mestre De Bubuia.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia deste estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo das letras das músicas “Carimbó da Revolta (2018)”, “Cupuaçu fruta boa do Pará (2000)”. “Ariramba (2018)”, “Bem-te-vi que canta no arame (2010)” e Menino Ribeirinho (2010), de autoria do Mestre de Bubuia. Segundo Silva et al:

[...] a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentam uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado (Silva et al, 2005, p. 70)

Bardin (2016) nos mostra que a análise de conteúdo qualitativa diz respeito à interpretação e à inferência de significados que a mensagem ou conteúdo pretende disseminar, focando-se nos sujeitos que usam essa língua e os discursos possíveis de serem produzidos a partir daí, dentro de um determinado contexto social e histórico.

Assim sendo, o presente estudo faz a análise de conteúdo de trechos de cinco letras de músicas do Mestre De Bubuia, para daí extrair e analisar as principais temáticas ligadas à questão ambiental, sanitária, os seus contextos socioespaciais, políticos, econômicos, culturais e territoriais, o racismo ambiental, a memória coletiva e os elementos identitários presentes nas letras. A escolha dessas músicas deve-se ao fato de representarem e abordarem elementos socioambientais, políticos, econômicos e espaciais, marcantes na geografia e na história amazônica das últimas décadas, marcada pelo extrativismo mineral e vegetal, sendo, portanto, de fundamental importância para se pensar e agir localmente ante a tais problemáticas.

A coleta das letras das músicas ocorreu por duas vias distintas: A primeira consistiu em gravações realizadas diretamente com o próprio autor, das quais foram obtidas as letras de três composições: Carimbó da Revolta, Cupuaçu fruta boa do Pará e

Ariramba. As demais canções analisadas, Bem-te-vi que canta no arame e Menino Ribeirinho, foram transcritas a partir do canal do mestre De Bubuia disponível no YouTube, onde se encontram também outras obras de sua autoria.



Figura 1 – Mestre De Bubuia. Foto: Arquivo do Mestre De Bubuia.

Tanto as gravações realizadas diretamente com o autor quanto as canções adquiridas no canal do YouTube foram transcritas para o software de processamento de textos da Microsoft Word, o que proporcionou mais facilidade no momento de transcrever as gravações.

O percurso de análise das informações obtidas com as gravações das músicas do autor seguiu três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos dados, recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo temático (Bardin, 2016). Na primeira etapa, foi realizada uma ação exploratória das canções, com a intenção de compreender o cenário em que se encontram os relatos nas letras. Na etapa seguinte, o material foi revisto para a realização de recortes das letras com o objetivo de determinar as categorias de análise. Na fase posterior - de tratamento e interpretação dos dados - as categorias analíticas foram definidas, a partir dos fragmentos das músicas do autor: a) Denúncia dos problemas socioambientais e expropriação territorial; b) Resistência

cultural e defesa do território; c) Simbolismo da fuga da fauna diante da poluição; d) Crítica ao desmatamento e à violência territorial; e, e) Valorização da infância ribeirinha e do modo de vida tradicional.

4. O PAPEL DO MESTRA DE BUBUIA NO TERRITÓRIO

O Mestre De Bubuia é uma das principais referências da Comunidade Quilombola-Indígena Gibirí de São Lourenço, destacando-se tanto por sua condição de ancião da comunidade quanto por sua atuação política em defesa do território tradicional. Sua trajetória de vida está diretamente relacionada às lutas contra os impactos socioambientais de correntes da implantação dos Grandes Projetos industriais em Barcarena, especialmente das empresas Albras/Alunorte. O mestre atua em diferentes instâncias de reivindicação, como tribunais, prefeitura municipal, instituições estatais como INCRA, ITERPA e SEMAS e interlocuções com empresas, exercendo um papel de liderança e mediação política. Dessa forma, sua presença no território expressa uma prática de resistência que articula memória, identidade e defesa do espaço vivido frente à lógica hegemônica do capital.

4.1 PRESENÇA E APROPRIAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES NO TERRITÓRIO

As composições do Mestre De Bubuia representam importantes ferramentas de denúncia e resistência territorial na Comunidade Gibirí de São Lourenço. Embora não sejam acolhidas pela prefeitura municipal nem pelas empresas, em razão do conteúdo crítico que denuncia a problemática socioambiental local, suas músicas são legitimadas no âmbito comunitário e em espaços acadêmicos e sociais. O mestre se apresenta em eventos como seminários, congressos e simpósios, além de festas tradicionais locais, onde suas canções reforçam vínculos coletivos e memórias de pertencimento e luta. Sua atuação tem grande desenvoltura junto ao grupo de Carimbó Arirambas, da própria comunidade, especialmente nas festividades juninas e de santos, nas quais suas composições são apropriadas como prática cultural, identitária e política de resistência.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das letras de Mestre De Bubuia evidencia um conjunto de temáticas articuladas em torno da resistência comunitária frente ao racismo ambiental. De maneira recorrente, emergem nas composições denúncias sobre danos ambientais, violência territorial, precarização das condições de vida e expropriação cultural vivenciados pela Comunidade Quilombola Indígena Gibiríe de São Lourenço. Paralelamente, as músicas ressaltam práticas de valorização da memória coletiva, preservação de saberes, reafirmação de identidade étnica e fortalecimento dos vínculos comunitários, compreendidos como estratégias de resistência.

Com base na análise temática, foi possível sistematizar esses achados em categorias, que expressam tanto as dimensões de denúncia quanto as de resistência, conforme sintetizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Análise temática das músicas de Mestre De Bubuia

Música	Categoria temática	Trechos	Interpretação
Ariramba	Simbolismo da fuga da fauna diante dos danos ambientais	“Ariramba se mudou / Lá pra beira do mar / O rio está poluído / A ariramba não pode ficar”.	A Ariramba (<i>Galbula dea</i> - ave amazônica) simboliza a expulsão da fauna devido os danos ambientais, como à poluição dos rios. A migração forçada do pássaro reflete a própria realidade da comunidade, que enfrenta expropriações e restrições territoriais em razão da degradação ambiental.
Bem-te-vi que canta no arame	Crítica ao desmatamento à violência ambiental	“As florestas são destruídas e as matas não são preservadas / As diversidades da vida também não são respeitadas”.	A música traduz o desrespeito às florestas e à biodiversidade causado pela ação humana. O Bem-te-vi simboliza a resistência e a esperança, mas o canto do pássaro é contrastado com a violência ambiental que ameaça sua sobrevivência e a da comunidade.
Carimbó da revolta	Denúncia dos problemas socioambientais e perda do território	“Nosso rio tá poluído / Não dá mais para pescar” “Hoje nosso rio tá morto / Por esse progresso assassino.”	A letra de “Carimbó da revolta” evidencia a contaminação dos rios causada pelos grandes projetos, que inviabiliza a pesca, compromete o sustento da comunidade e a cultura ribeirinha. Denuncia o “progresso assassino” que viola

			direitos coletivos e ambientais.
Cupuaçu fruta boa do Pará	Resistência cultural e defesa do território	“O povo ainda vive disso / Do que a natureza tem”; “Chegou o grande projeto / Estão querendo mudar / A cultura do meu povo / Só que eu não vou deixar”.	A letra da música valoriza a agricultura tradicional, a caça e a pesca como práticas de sobrevivência e identidade cultural. Ao mesmo tempo, afirma resistência contra os projetos que ameaçam substituir a produção tradicional local pela lógica do capital.
Menino ribeirinho	Valorização da infância ribeirinha e dos modos de vida tradicionais	“Sou caboclo / Sou ribeira / Moro na beira do rio / Tenho um barraco de palha / Que me protege do frio”.	A canção resgata a infância ribeirinha como espaço de liberdade, brincadeira e conexão com a natureza. Valoriza práticas culturais locais (miriti, açaí, canoa) que reafirmam a identidade coletiva e a permanência no território frente às pressões externas.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em Bardin (2016)

Na canção “O carimbó da revolta”, o autor retrata a poluição do rio, fator que compromete significativamente o modo de vida da comunidade, inviabilizando um de seus principais meios de subsistência: a pesca. Para Milton Santos, “A história do homem sobre a Terra é a história de uma rutura progressiva entre o homem e o entorno. [...] A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza” (Santos, 1997, p. 17). Assim, a poluição do rio, denunciada por De Bubuia, expressa a ruptura de uma lógica tradicional de uso do território, transformando uma fonte vital de vida em obstáculo à reprodução material e simbólica da comunidade.

A canção “Ariramba” retoma a questão da poluição hídrica e a associa, de forma simbólica, à fuga da ave. Nesse caso, observa-se a articulação entre a materialidade da poluição – vivida concretamente pela comunidade – e a dimensão simbólica representada pela ariramba. A ave não é apenas fauna, mas também metáfora cultural da relação equilibrada entre a comunidade e o ambiente. Conforme Saquet, “as relações, os processos, a vida, são materiais e ideários ao mesmo tempo. Ideia e matéria também estão em unidade; uma está na outra, constantemente” (Saquet, 2020, p. 17).

Desse modo, o território não se restringe a aspectos físicos, mas integra dimensões simbólicas, culturais, sociais e econômicas.

Nessa mesma direção, Haesbaert (1997) propõe uma concepção integradora, ao destacar que o território envolve simultaneamente dimensões simbólico-culturais – materializadas nas identidades territoriais atribuídas pelos grupos sociais – e dimensões concretas, de caráter político-disciplinar, associadas à apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Assim, o território deve ser compreendido como uma realidade multidimensional, que articula sentidos, memórias, práticas culturais e afetivas, ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento de poder e dominação, submetido a interesses estatais, empresariais ou de outros agentes espaciais.

Essa perspectiva é particularmente elucidativa para a compreensão dos territórios de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Ela evidencia que tais territórios não podem ser reduzidos à condição de recursos, pois carregam significados culturais e simbólicos profundos. Ao mesmo tempo, sofrem os impactos de políticas e projetos econômicos externos que reconfiguram suas formas de uso, apropriação e existência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do território da Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço evidencia que o racismo ambiental em Barcarena não é obra do acaso, mas um produto da produção desigual do espaço. Vila dos Cabanos e adjacências representam a face visível e planejada do desenvolvimento urbano industrial hegemônico, enquanto o território Gibirí de São Lourenço as custas da precarização emanada desse processo.

As letras de Mestre De Bubuia constituem uma ferramenta fundamental de resistência diante do racismo ambiental vivenciado pela Comunidade Quilombola Indígena Gibirí de São Lourenço. Ao transformar a violência territorial em canto, a comunidade ergue um território simbólico e cultural de luta, reafirmando sua identidade e denunciando os impactos da industrialização sobre as populações racializadas de Barcarena.

A produção musical de Mestre De Bubua articula dimensões reais e simbólicas na busca pela superação das injustiças ambientais e territoriais, destacando a necessidade de estabelecer relações não predatórias com o meio ambiente.

As músicas analisadas evidenciam que sua obra atravessa diferentes eixos da vida cotidiana de comunidades historicamente invisibilizadas, como a desterritorialização e a reterritorialização, a formação identitária, a omissão estatal e a construção de lógicas de vida pautadas na resistência. Tais elementos permitem compreender a música não apenas como expressão artística, mas também como ato político, capaz de denunciar as contradições de um modelo de desenvolvimento excludente e de fortalecer estratégias de organização comunitária e resistência territorial.

Dessa forma, compreender o racismo ambiental implica reconhecer que a luta pelo território é também uma luta por reconhecimento, por direito à vida e por justiça territorial, na qual o espaço vivido das comunidades tradicionais se coloca como contraponto crítico ao espaço concebido hegemônico.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BULLARD, Robert D. **Environmental and morality**: confronting environmental racism in the United States. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2004. (Programme on Identities, Conflict and Cohesion, Paper n. 8).

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria encarnação Beltrão (orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1 ed., São Paulo: Contexto, 2020.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica**: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 2 p. 186-201, ago. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd.

Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor, 2006. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RIBEIRO, Bruno. Histórias por trás das canções: Zelão, de Sérgio Ricardo. Revista Opera, 24 out. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2020/10/24/historias-por-tras-das-cancoes-zelao-de-sergio-ricardo/> Acesso em: 16 de ago 2025.

SANTOS, Milton et al. **O papel ativo da geografia, um manifesto**. Florianópolis: 2000

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgista. **O uso da análise de conteúdo como ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Thiago dos Santos da. A Cosmovisão indígena e a relação ética com o ambiente: Pacha mama, Bem Viver e o ecocentrismo. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 13, p. e 024017, 2025. DOI: [10.36311/2237-7743.2024.v13.e024017](https://doi.org/10.36311/2237-7743.2024.v13.e024017). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/15467>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana**: promoção e justiça ambiental através do direito. Salvador: EDFBA, 2015.

SONGS OF RESISTANCE: ENVIRONMENTAL RACISM IN THE LYRICS OF MESTRE DE BUBUIA FROM THE GIBIRIÉ DE SÃO LOURENÇO INDIGENOUS QUILOMBOLA COMMUNITY (BARCARENA, PARÁ, BRAZIL)

ABSTRACT

This article analyzes the song lyrics of Mestre De Bubuia, a cultural leader of the Gibiríe de São Lourenço Indigenous Quilombola Community, located in Barcarena, Pará, Brazil, as expressions of denunciation and resistance to environmental racism. The compositions intertwine territory, identity, and collective memory, highlighting the production of space under capitalism. On the one hand, they denounce the space conceived by capital and the State, materialized through industrial mining activities, urban expansion, and environmental degradation; on the other, they affirm the community's lived space, characterized by everyday practices of solidarity, traditional knowledge, and symbolic bonds with nature, rooted in an Amazonian Indigenous-influenced worldview. The methodology is based on bibliographic research and content analysis of five songs: *Carimbó da Revolta*, *Cupuaçu Fruta Boa do Pará*, *Ariramba*, *Bem-te-vi que Canta no Arame*, and *Menino Ribeirinho*. The analysis revealed categories such as socio-environmental denunciation, cultural resistance, territorial defense, and the valorization of the riverside way of life. The findings indicate that these songs constitute political records of the community's struggle, in which art functions as both an instrument of identity formation and a means of resistance.

Keywords: Environmental racism; ACOQUIGSAL; Resistance; Territory; Popular music.

CANTOS DE RESISTENCIA: EL RACISMO AMBIENTAL EN LAS LETRAS DE MESTRE DE BUBUIA DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA INDÍGENA GIBIRIÉ DE SÃO LOURENÇO (BARCARENA, PARÁ, BRASIL)

RESUMEN

El artículo analiza las letras de Mestre De Bubuia, líder cultural de la Comunidad Quilombola Indígena Gibiríe de São Lourenço, en Barcarena, Pará (Brasil), como expresiones de denuncia y resistencia frente al racismo ambiental. Las composiciones articulan territorio, identidad y memoria colectiva, poniendo de relieve la producción del espacio en el capitalismo. Por un lado, denuncian el espacio concebido por el

capital y el Estado, materializado en la producción industrial minera, la expansión urbana y la degradación ambiental; por otro, afirman el espacio vivido de la comunidad, marcado por prácticas cotidianas de solidaridad, saberes tradicionales y vínculos simbólicos con la naturaleza, propios de una cosmovisión de influencia indígena amazónica. La metodología se basa en la investigación bibliográfica y el análisis de contenido de cinco canciones: *Carimbó da Revolta*, *Cupuaçu Fruta Boa do Pará*, *Ariramba*, *Bem-te-vi que Canta no Arame* y *Menino Ribeirinho*. Del análisis emergieron categorías como denuncia socioambiental, resistencia cultural, defensa del territorio y valorización del modo de vida ribereño. Se concluye que las canciones constituyen registros políticos de la lucha comunitaria, en los cuales el arte actúa como instrumento identitario y de resistencia.

Palabras clave: Racismo ambiental; ACOQUIGSAL; Resistencia; Territorio; Música popular.

Enviado em: 21/08/2025

Aceito em: 21/01/2026